

CASO MASTER

Tesouro aguarda dados do GDF

Segundo secretário, o pedido de garantias para empréstimo feito por Celina para o BRB não traz informações suficientes para análise

» FERNANDA STRICKLAND

O secretário do Tesouro Nacional, Daniel Leal, afirmou, ontem, em entrevista coletiva, que o Governo Federal ainda não dispõe de informações suficientes para analisar o pedido do Governo do Distrito Federal (GDF) de garantia da União para uma operação de crédito de R\$ 6,6 bilhões destinada à capitalização do Banco de Brasília (BRB).

Segundo o secretário, o Ministério da Fazenda recebeu ontem a solicitação, mas carece de informações essenciais.

Leal destacou que o governo distrital precisa detalhar aspectos como prazos, custos e estrutura da operação. "Não veio nenhum tipo de informação que possibilite que a gente faça a análise, mas se (o GDF) der entrada da forma correta, será analisado como todos os pedidos que recebemos",

afirmou durante coletiva sobre o relatório do Tesouro.

O secretário reforçou que a análise seguirá parâmetros objetivos, como a capacidade de pagamento (Capag) e o nível de endividamento do ente federativo. Atualmente, o Distrito Federal possui classificação C no indicador da Capag, o que, pelas regras vigentes, impede a contratação de crédito com garantia da União — restrita a entes com notas A ou B.

Ele explicou que nos casos em que o ente não tenha Capag A ou B, pode solicitar a garantia por meio do programa de ajuste fiscal. Esta alternativa, porém, não se aplica em último ano de mandato. "As operações de crédito com capacidade de pagamento C seriam consideradas apenas se integradas ao programa de ajuste fiscal, o que não é possível no último ano de mandato, que coincide com o período eleitoral", enfatizou.

O secretário frisou, no entanto, que a análise não envolve apenas o Capag, mas, também, outros requisitos, como nível de endividamento, custo da operação, espaço fiscal do ente e prazos. O fato de o GDF estar com a nota C não significa que a proposta será rejeitada.

Ajuda

A governadora do DF, Celina Leão, pediu ajuda ao governo para

que a União forneça garantias do Tesouro Nacional no empréstimo feito ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ela tenta uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do assunto.

Hoje, Celina será recebida pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo. Também participará da reunião o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, e o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza.



Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?

Buscando promover uma discussão qualificada sobre os rumos da propriedade intelectual no Brasil, o Correio Braziliense e a Interfarma promoverão o evento "Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a saúde?", no formato de Summit.

Além de contribuir para a desmistificação do assunto, o encontro também propõe um olhar atento aos principais gargalos que dificultam a chegada da inovação no país – um desafio central para o desenvolvimento sustentável e o acesso a novas tecnologias.

Foto reprodução internet



O comunicador teria recebido pelo menos R\$ 9,9 milhões do Master

PF vai ouvir Léo Dias sobre cachê de R\$ 10 mi

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal quer ouvir o influenciador e jornalista Léo Dias no âmbito do inquérito que apura as fraudes envolvendo o Banco Master. A oitiva havia sido marcada para hoje, mas foi adiada após os advogados alegarem que não tiveram acesso aos autos.

O comunicador teria recebido pelo menos R\$ 9,9 milhões do banco de Daniel Vorcaro por meio da Léo Dias Comunicações. Como o Correio adiantou, a corporação quer saber quais contratos com empresas de comunicação foram para publicidade legal e quais foram usados para pressionar decisões monetárias, como a compra do Master pelo Banco de Brasília.

Além da empresa de Léo Dias, outros grupos de mídia estão entre os alvos das diligências. A principal suspeita recai sobre o Portal Metrôpoles, que recebeu pelo menos R\$ 27 milhões em supostas cotas de patrocínio. Os investigadores avaliam que serão necessários novos desdobramentos da Operação Compliance Zero para aprofundar o funcionamento do esquema fraudulento e identificar o papel de cada agente no esquema criminoso montado para operacionalizar fraudes milionárias e escoar dinheiro fruto de lavagem e prejuízos ao erário público.

Uma das suspeitas em relação a Léo Dias é que o dinheiro tenha sido repassado para financiar ataques ao Banco Central, exaltação do Master e tentativas de alterar o contexto de informações sobre a liquidação do banco, que já estava sob risco em razão de falta de lastro para manter as operações. A Receita Federal aponta que Léo Dias seria ligado a Thiago Miranda, sócio-administrador da Miranda Comunicação e que também seria administrador da empresa Léo Dias Comunicação e Jornalismo S.A.

Procurado pela reportagem, Léo Dias ainda não se manifestou sobre o caso. Na lista de contratos de mídia milionários, como no caso do Portal Metrôpoles, do ex-senador Luiz Estevão, estão outros veículos, como o Estado de S. Paulo, que teria recebido R\$ 1,2 milhão do Master. O veículo alega que foram provenientes de contratos de

publicidade institucional. O site O Bastidor está na lista como alvo de pagamentos de R\$ 2 milhões e o site Vero Notícias teria recebido pelo menos R\$ 1 milhão. A nota fiscal emitida em razão da operação cita que os valores seriam para a prestação de publicidade.

Todos esses contratos, assim como outros pagamentos, a exemplo dos serviços de advocacia, como os R\$ 129 milhões pagos a Viviane Bacci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, ou os R\$ 6,1 milhões para a Lewandowski Advocacia, estão passando por um pente fino dos investigadores, a fim de avaliar e comprovar quais das movimentações estão atreladas a práticas criminosas.

Delação

Além das oitivas, investigadores da Polícia Federal avançaram nos últimos dias nas tratativas de delação com Daniel Vorcaro. Ele apresentou, em conversas preliminares, informações sobre autoridades do alto escalão dos Três Poderes, que teriam alguma participação no esquema. A expectativa é de que ele também forneça informações sobre o uso de verbas elevadas para contratar veículos de comunicação e influenciadores para pressionar o Banco Central. O depoimento dele pode dar um raio X da associação criminosa montada para operacionalizar o esquema de fraudes.

A previsão é de que Daniel Vorcaro consiga convencer os investigadores da Polícia Federal a aceitar um acordo de delação até o final desta semana. Em seguida, o caso seria enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), já com as primeiras informações e citação de provas documentais que podem ser apresentadas. Após isso, o relator do caso no Supremo, ministro André Mendonça, pedirá avaliação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o conteúdo.

Vorcaro foi informado pelos advogados sobre o risco de obter uma pena elevada caso não colabore, assim como a possibilidade de ser alvo de apreensões do seu patrimônio que podem chegar a bilhões de reais - medida que ele espera evitar com a proposta de colaborar com as diligências.

Inscrições gratuitas!

Acompanhe o evento presencialmente no Correio Braziliense

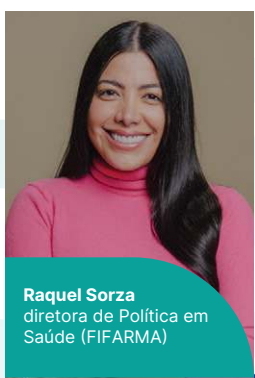
MAIO

A partir das 9h

4

auditório do Correio Braziliense

CONFIRMADOS:



Realização:



Promoção:

